



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RAYSSA MARISE DA COSTA DOS SANTOS

**PERCEPÇÃO DE PROFESSORES (AS) SOBRE AS CONDIÇÕES DE
ACESSIBILIDADE EM ACADEMIAS**

BELÉM-PA
2021

RAYSSA MARISE DA COSTA DOS SANTOS

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE AS CONDIÇÕES DE
ACESSIBILIDADE EM ACADEMIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Educação Física, Faculdade de Educação Física, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Anselmo de Athayde Costa e Silva.

BELÉM-PA
2021

RAYSSA MARISE DA COSTA DOS SANTOS

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE AS CONDIÇÕES DE
ACESSIBILIDADE EM ACADEMIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Educação Física, Faculdade de Educação Física, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará.

Data da Defesa: ____ / ____ / 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Anselmo de Athayde Costa e Silva
Orientador

Prof. Dra. Conceição dos Santos Costa
Examinador Interno – UFPA

Prof. Esp. Carlos Mariano Ferreira de Aguiar
Examinador Externo – UFPA

BELÉM-PA
2021

RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar a percepção de professores de Educação Física sobre as condições de acessibilidade de academias de Belém do Pará para atendimento às pessoas com deficiência física. Com abordagem quanti-qualitativa, a pesquisa investigou 26 professores atuantes em 10 academias localizadas em Belém, a partir do formulário preenchido de forma *online*. Observamos que a formação e o trabalho profissional direta e indiretamente exercem impacto significativo na oferta de atividades e serviços adaptados e com qualidade ao público com deficiência, especialmente a deficiência física. A estruturação das academias com relação às condições de acessibilidade se mostra fator relevante para o acesso, permanência e livre circulação de pessoas com deficiência física em seu interior. As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) se apresentam, nesse contexto, como importantes aliadas a tais finalidades. No olhar da maioria dos professores, as academias se apresentam adequadas no que diz respeito às normas de acessibilidade. Apesar disso, porém, algumas delas ainda precisam se estruturar melhor a fim de que seja garantido o direito de livre circulação e participação em práticas com benefícios inúmeros para pessoas com deficiência física.

Palavras-chave: acessibilidade; deficiência física; educação física; academias.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the perception of Physical Education teachers about the accessibility conditions of academies in Belém do Pará to assist people with physical disabilities. With a quantitative-qualitative approach, the research investigated 26 teachers working in 10 academies located in Belém, using the form filled out online. We observe that training and professional work directly and indirectly exert a significant impact on the provision of adapted and quality activities and services to the public with disabilities, especially the physically challenged. The structuring of gyms in terms of accessibility conditions proves to be a relevant factor for the access, permanence and free movement of people with physical disabilities in their interior. The standards of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT) are presented, in this context, as important allies to such purposes. In the eyes of most professors, the academies are adequate in terms of accessibility standards. Despite this, however, some of them still need to be better structured in order to guarantee the right of free movement and participation in practices with countless benefits for people with physical disabilities.

Keywords: accessibility; physical disability; physical education; gyms.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Formação para trabalho com deficiência física	27
Figura 2 – Preparação para trabalho com deficiências após formação acadêmica...	29
Figura 3 – Formação continuada para trabalho com deficiências	31

LISTA DE SIGLAS

LBI	Lei Brasileira de Inclusão
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ONU	Organização das Nações Unidas
UNICEF	Fundo de Emergência das Nações Unidas para as Crianças
OMS	Organização Mundial da Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
DABEL	Distrito Administrativo Belém
DAGUA	Distrito Administrativo Guamá
DASAC	Distrito Administrativo Sacramenta
DAENT	Distrito Administrativo Entroncamento
DABEN	Distrito Administrativo Bengui
DAICO	Distrito Administrativo Icoaraci
DAOUT	Distrito Administrativo Outeiro
DAMOS	Distrito Administrativo Mosqueiro
IES	Instituição de Ensino Superior

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 REVISÃO DE LITERATURA	10
1.1 Síntese histórica do tratamento as pessoas com deficiência no mundo.....	10
1.2 Inclusão e acessibilidade: pessoas com deficiência física e as academias de ginástica	14
1.3 Benefícios das atividades físicas para pessoas com deficiência.....	18
2 OBJETIVOS	24
2.1 Objetivo geral	24
2.2 Objetivos específicos.....	24
3 METODOLOGIA.....	25
3.1 Quadro geral do percurso metodológico	25
3.2 <i>Lócus</i> de pesquisa	25
3.3 População e amostra.....	26
3.4 Coleta e análise de dados	26
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	27
4.1 Formação acadêmica	27
4.2 Trabalho profissional	31
4.3 Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física em academias de Belém	33
CONCLUSÕES	37
REFERÊNCIAS	39

INTRODUÇÃO

Aos poucos usuários de cadeiras de rodas estão conquistando seus direitos na sociedade. Dentre esses se destacam prédios e vias públicas com acessibilidade; inserção no mercado de trabalho; e transporte com acessibilidade (CARDOSO, 2011).

Todavia, mesmo com os avanços conquistados, é notória ainda a realidade limitante no que tange a oferta de melhorias relacionadas ao aumento da qualidade de vida e inclusão desses indivíduos no contexto social no qual estão imersos (MEDOLA et al., 2011). Esse fato, com efeito, pode ser expandido às pessoas com deficiência de um modo geral, em suas múltiplas causas.

O artigo 2º da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) n.13.146/2015 define pessoa com deficiência como aquela com impedimento de longo prazo em suas naturezas física, mental, intelectual e também sensorial, “o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, online). Sendo assim, pessoas com deficiência necessitam ser tratadas com igualdade, mediante o reconhecimento e atendimento de suas necessidades gerais e específicas.

Na perspectiva das pessoas com deficiência física, barreiras arquitetônicas dificultam sua circulação com liberdade na sociedade (LIANZA, 2001). Dentre os obstáculos para inclusão, as barreiras de natureza física têm se configurado como agentes de exclusão social, impedindo o acesso e participação desses indivíduos em lugares ou eventos por essa causa (CORRÊA LIMA; CARVALHO-FREITAS; MARINHO SANTOS, 2013).

Nesse ponto nos encontramos com um tema de importante repercussão no campo de reflexão da inclusão social: a acessibilidade. Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2020, p. 2), acessível é “o espaço, edificação, mobiliário ou elemento que possa ser alcançado, visitado e utilizado por qualquer pessoa”. Dito isto, reforça-se a necessidade de a pessoa com deficiência física possuir acesso livre e garantido a todos os lugares e atividades, a fim de que possa experimentar práticas sociais como todo cidadão de direito.

Uma das formas de inclusão de pessoas com deficiência na sociedade pode ser através do exercício e das atividades físicas. A imersão desses sujeitos em atividades dessa natureza, em ambientes propícios para sua realização, representa fonte fecunda para o desenvolvimento de suas capacidades funcionais, psicológicas,

bem como melhoria da qualidade de vida (ZUCHETTO; CASTRO, 2002; NOCE, SIMIM; MELLO, 2009).

A atividade física praticada por pessoas com deficiência física se mostra importante do ponto de vista fisiológico, social e psicológico. Para isso, a organização dos espaços sociais direcionados a esse fim deve ser colocada em primeiro plano de ação, a fim de que a garantia do direito a inclusão e os benefícios causados pelas práticas em destaque possam impulsionar a qualidade de vida e bem-estar desses sujeitos.

Posto isto, este trabalho tem por objetivo investigar as condições de acessibilidade presente em academias de Belém do Pará para atendimento as pessoas com deficiência física. Para alcançá-lo, o estudo analisou as percepções de professores atuantes nesses espaços sobre o fato.

A monografia está estruturada em 4 seções. A seção 1 faz revisão de literatura sobre temas de interesse da investigação: uma análise histórica ao tratamento as pessoas com deficiência no mundo; inclusão e acessibilidade em academias; e benefícios das atividades físicas para pessoas com deficiência. As seções 2 e 3 destacam os objetivos e metodologia empregada no estudo, respectivamente. Por fim, a seção 4 de resultados apresenta e analisa dados coletados em campo com professores de Educação Física que atuam em academias.

1 REVISÃO DE LITERATURA

1.1 Síntese histórica do tratamento as pessoas com deficiência no mundo

Silva (1986) é enfático em considerar que o olhar ao progresso ou retrocesso no atendimento a pessoas com deficiência no Brasil é impossível sem que decisões urgentes direcionadas a esses sujeitos sejam tomadas. Paralelamente, porém, reflete que a atenção crítica ao passado auxilia na compreensão da deficiência como problemática histórica¹ intrinsecamente associada à evolução do homem no mundo em suas diferentes fases.

Com base nisso, entende-se que a doença e a deficiência em suas diferentes formas marcaram presença na humanidade desde seu berço, perdurando por séculos até o surgimento de técnicas e cuidados modernos voltados a oferta de dignidade e acessibilidade aos sujeitos com algum tipo de limitação (SILVA, 1987).

É nesse sentido que um retorno em milhares de anos nos mostra que foi com o homem pré-histórico que se deu as primeiras documentações do mundo em forma de desenhos nas cavernas. Essas proporcionaram o registro de seres e fatos que o rodeava. Dentre tais registros estiveram desenhos de animais da época, como bisões, mamutes, ursos, javalis, além de contorno de mãos, incluindo aquelas com dedos ausentes (SILVA, 1987). Estes em alusão clara a existência de indivíduos primitivos com sinais de deficiência na era pré-história.

Análise de Garcia (2010) à obra de Silva (1987) constata, em período histórico subsequente, que sujeitos com deficiência receberam no Mundo Antigo dois tipos de tratamento: rejeição e eliminação; e proteção piedosa em sua forma assistencialista. O primeiro tratamento é observável em Roma Antiga e Esparta, onde se haviam permissão para sacrifício a crianças nascidas com alguma deficiência. O segundo, por sua vez, com influência de Aristóteles, na Grécia, na qual se observaram o amparo e proteção as pessoas com deficiências em suas diferentes formas. Segundo Silva (1987,p. 66), não só para esse filósofo, “mas para muitos pensadores e políticos gregos, competia ao Estado proteger os pobres, os miseráveis e, quase sempre no meio deles, os portadores de deficiências devido a qualquer causa”.

¹ Nesta fase teórica do trabalho serão enfatizados alguns recortes históricos sobre as pessoas com deficiência na história do mundo, com base na obra de Otto Marques da Silva (1987), intitulada “Epopéia Ignorada – A História da Pessoa Deficiente no Mundo de Ontem e de Hoje”.

O caso da Grécia Antiga merece devida atenção, pois foi nesse território, assim como outros na história do mundo, que indícios primários de proteção sistemática a pessoas com deficiência foram tomando forma. Atitude incomum comparada ao sentimento de indiferença e preconceito a tais sujeitos durante séculos em culturas e sociedades anteriores (GARCIA, 2010).

A mesma atitude de garantia à sobrevivência foi concebida no Egito Antigo, especialmente com a existência da Escola de Anatomia da cidade de Alexandria, espaço de uso de tratamentos para os males da cegueira e problemas dos ossos que levavam as deficiências físicas (SILVA, 1987). Nesse contexto, Herophilus de Chaludônia, um de seus fundadores e considerado o “Pai da Anatomia”, demonstrou em seus estudos o valor curativo da ginástica e dos exercícios físicos no que diz respeito aos tratamentos direcionados aos males que incapacitavam pessoas com deficiência.

Com o advento da era cristã e a Idade Média foi possível constatar, novamente, dois movimentos antagônicos no tratamento as pessoas com deficiências na história do mundo, os quais, indubitavelmente, aludem aos tipos de tratamento observados na História Antiga.

No Cristianismo observou-se, nos dizeres de Silva (1987), um justo e novo posicionamento no que se refere ao ser humano em geral; ordem contrária aos costumes propagados na Roma Antiga. Conforme reflete o autor, com o advento do Cristianismo, passou-se a entender o homem sob a lógica divina, concebida na doutrina sob a qual os seres humanos são criaturas de Deus e, portanto, possuem um destino imortal. Nesse cenário, pessoas com deficiência não mais foram colocados à margem da sociedade, tampouco foram vistos como pecadores ou indivíduos que carregavam o mal adquirido em vidas passadas. Mentalidade que as destinavam a eliminação sumária em seu nascimento, especialmente no Império Romano.

Na Idade Média – em uma evidente demonstração de que os contextos históricos diversos revelam diferentes e regressas formas de tratamento as pessoas com deficiência no mundo –, etapa obscura e problemática da História, o papel da Igreja Católica foi elementar na manutenção de um *status quo* relacionado ao modo de olhar as pessoas com deficiência (SILVA, 1987). Segundo o autor, “as incapacidades físicas, os sérios problemas mentais e as malformações congênitas eram considerados como verdadeiros sinais da ira celeste e taxados como ‘castigos

de Deus” (p. 214), manifestado na crença generalizada em maldições, feitiços e espíritos que culminavam na criação de doenças e deformidades físicas ou mentais.

O parâmetro da Idade Média para o olhar a pessoa deficiente foi fator preponderante para a exclusão desse sujeito na sociedade medieval, o qual facilmente integrado ao contexto de pobreza e marginalidade que se encontrava a maioria da população europeia nesse período (GARCIA, 2010).

A reflexão sobre o contexto de marginalização no qual se encontravam pessoas com deficiência na Idade Média reflete, sobretudo, o estado por vezes atribuído a esses sujeitos no mundo contemporâneo; Apesar de se observar um esforço na obstrução das barreiras que impedem o acesso qualificado aos espaços sociais, conforme orienta a LBI, o que se predomina é ideia de que um corpo “defeituoso” e deformado é tido como corpo incapaz e, portanto, marginalizado no seio da sociedade.

A fase de esclarecimento da sociedade, em forte oposição as doutrinas cristãs propagadas na Idade Média, foi conhecida como Renascimento. O avanço científico, aliado ao enfrentamento as concepções de ordem natural no modo de olhar o mundo e seus fenômenos foram fatos preponderantes também na compreensão das deficiências durante os séculos XV, XVI e XVII. De acordo com análise de Garcia (2010) isso teve a ver com uma inquestionável mudança sociocultural em relação aos dogmas e crenças da Idade Média. Conforme Silva (1987), para tanto, inúmeras foram as experiências de inventores voltadas a solução dos problemas das pessoas com deficiência, dentre eles Stephen Farfler na metade do século XVII, na Europa. Paraplégico, foi o inventor e primeiro a se locomover em uma cadeira de rodas.

No campo da cultura e das artes, no período renascentista, cabe o destaque as produções que deram evidência as causas de com deficiências físicas, sensoriais, mentais. Nesse cenário destacamos as obras de Alexandre Pope, poeta com deficiência física que tratava em seus poemas as experiências íntimas de suas doenças e dificuldades. Além das peças de Shakespeare, com referência as deficiências físicas e sua superação prática, como na peça “Titus Andronicus”, da personagem Lavínia (SILVA, 1987).

O século XX compreende fase histórica de importância acentuada para o debate sobre a deficiência em um panorama geral porque revela, segundo Silva (1987), caminhos de assistência a pessoas com deficiência no mundo todo. Isto se deu em decorrência da construção de uma filosofia social que valorizava o ser humano em determinados países, bem como a emergência de um engajamento de setores da

sociedade preocupados com o bem-estar comum. Esse engajamento foi alcançado com o progresso das ciências nos mais variados campos do conhecimento, dentre os quais o serviço social e a educação.

O papel da medicina no contexto de assistência e reabilitação das pessoas com deficiência torna-se central no início e decorrer do século XX. Nesse contexto, setores especializados como cirurgia ortopédica, ortopedia e traumatologia ganham evidência, muito em função da preocupação com combatentes que voltavam das guerras com algum tipo de seqüela (SILVA, 1987). Importante ressaltar que esse não foi o único motivo que explicou a efetivação de medidas direcionadas aos indivíduos com deficiência. De acordo com o autor, esta foi uma herança da época da Renascença (o atendimento a pessoas com deficiência), fortemente colocada em prática no início do século XX.

Convém também ressaltar, nesse período, os esforços de organizações intergovernamentais no amparo, assistência e conscientização relativas à reabilitação e tratamento de pessoas com deficiência no pós-guerra. Dentre essas se destacam a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo de Emergência das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF), a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Conforme Silva (1987), encabeçada pela ONU, ocorreu, em 1946, uma Assembleia Geral que teve como objetivo a criação de um programa de consultoria em áreas diversas do bem-estar social, dentre as quais a reabilitação de pessoas com deficiência. O intuito era a captação de recursos por países subdesenvolvidos para tratar de assuntos relacionados a questão da deficiência.

A repercussão de tais ações no campo das políticas públicas atribuiu relevância ao debate e reflexão referentes à problemática das deficiências no mundo. Declarações internacionais, relatórios, resoluções, planos de ação, programas de conscientização relacionados a essa problemática histórica foram recorrentes na segunda metade do século XX (SILVA, 1987); os quais em evidência até os dias mais atuais nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, dentre os quais o Brasil.

Não obstante a existência de discriminações dirigidas a pessoas com deficiência, para Garcia (2010, p. 22) é evidente, com esses e outros esforços nacionais e internacionais, uma tendência de humanização, explicada pelo “amadurecimento das civilizações e o avanço dos temas ligados à cidadania e aos

direitos humanos”, provocando “um novo olhar em relação às pessoas com deficiência”.

A perspectiva da inclusão se inclui nesse novo olhar refletido por Garcia (2010). No Brasil, tendências relacionadas a humanização desse grupo da população se refere a construção de programas e leis voltadas a acessibilidade, os quais necessários a criação de instrumentos e condições para sua participação na sociedade.

1.2 Inclusão e acessibilidade: pessoas com deficiência física e as academias de ginástica

Os valores básicos relacionados à igualdade de tratamento e oportunidade, bem como aqueles voltados a justiça social, ao respeito e à dignidade da pessoa humana compreendem elementos humanizadores presentes desde a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 (BRASIL, 1999). Essa foi reconhecida como a primeira a contemplar normas gerais que buscaram assegurar os direitos sociais de pessoas com deficiência no Brasil.

Ainda que a referida lei disponha de conceitos hoje consensualmente defasados ou impertinentes para a perspectiva da inclusão social – “portador² de deficiências” e integração, respectivamente –, foi a precursora na garantia dos direitos e interesses individuais e/ou coletivos das pessoas com deficiência. Reforçados décadas mais tarde pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), esta se destina a “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

Por inclusão³ social, Sassaki (1997) afirma que se refere a forma como a sociedade se organiza, se modifica e se renova com vista a possibilitar a busca da cidadania participativa de sujeitos com deficiência. A partir desse ponto de vista, incluir

² A ideia por trás desse antigo conceito abarcado na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social [...]” é a de que pessoas com deficiência carregam consigo uma deficiência que, em algum momento, poderá ser suprimida, sendo assim temporária. O mais coerente é entender a deficiência como pertencente à condição humana da pessoa. Daí porque “pessoa com deficiência” expressa termo mais adequado, pois ressalta a figura da pessoa em detrimento de sua deficiência.

³ Esse conceito difere do termo integração. Este visa inserir uma pessoa deficiente na sociedade, adaptando-a ao seu movimento (SASSAKI, 1997).

compreende ação social relevante, considerado o histórico de segregação e marginalização por qual passaram determinados grupos na sociedade, sejam eles étnicos, sexuais e pessoas com deficiência em suas diferentes naturezas.

Embora nem sempre efetivada por motivos vastos, como pela exclusão da possibilidade de diferenciação, segundo Sposati (1996), expressa pelo grau de existência ou não de tolerância com questões e grupos sociais; a inclusão, sobretudo quando legitimada em matéria legislativa, figura como importante fonte de acesso, garantia e reconhecimento dos direitos necessários a livre e plena participação na sociedade de indivíduos.

Quando não reconhecidos e garantidos, a possibilidade de obstrução da participação na sociedade com base no princípio de igualdade de condições, conforme legisla a LBI (BRASIL, 2015), torna-se iminente. Isto pode ocorrer pela existência de barreiras (entraves, obstáculos, atitudes ou comportamentos) que dificultam o acesso aos espaços de pessoas com deficiência, assim como o exercício de seus direitos à acessibilidade, entendida como a

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015; ABNT, 2020).

Conforme seu Art. 3º, a LBI entende a acessibilidade como essa condição ofertada a pessoas com deficiência para alcance aos espaços, equipamentos públicos ou privados, individuais ou coletivos, o qual possível pela desobstrução de barreiras, dentre as quais as urbanísticas (BRASIL, 2015). Segundo a lei, referem-se tais barreiras as existentes em vias e nos espaços de natureza pública ou privada abertos ao público ou de uso coletivo.

A facilitação de acesso aos espaços por pessoas com deficiência, a exemplo dos físicos, objeto deste trabalho, pode se dar por meios distintos. A ABNT em sua norma 9050:2020 destaca a adaptação e a adequação. A primeira entendida como “espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis” (ABNT, 2020, p. 3). A segunda, contrariamente, cujas características foram originalmente planejadas a fim de serem acessíveis.

Os dois termos concebidos pela NBR 9050 (ABNT, 2020) são norteadores para a construção dos espaços e equipamentos destinados a pessoas com deficiência física. Seja em sua forma adaptada ou originalmente adequada, os mesmos serão capazes de possibilitar o acesso com mais liberdade e fluidez a tais sujeitos, permitindo-os exercer suas atividades diárias e cotidianas com dignidade. Baseado em Kauchakje (2000), ocorrerá, portanto, inclusão, pois estarão inseridos no interior um movimento dinâmico e permanente que reconhece a diversidade humana e está fundamentada na igualdade de participação e na construção do espaço social, direito de todos.

Paralelamente, é importante ter em mente que construir espaços sociais acessíveis passa pelo reconhecimento das limitações enfrentadas por pessoas com deficiência em suas vastas formas. Esse mesmo reconhecimento perpassa a compreensão dos fatores contextuais (ambientais e pessoais) que impactam a participação (ou restrição) e o exercício das atividades de pessoas com problemas decorrentes de seu estado de saúde (WHO, 2011).

Para isto, a observância de um Modelo Social parece representar base primária no tratamento social de pessoas com deficiência. Na perspectiva desse modelo, o modo como a sociedade se organiza e age é preponderante para a atitude de exclusão de tais indivíduos das atividades sociais, sendo esse o conceito central de deficiência e o motivo das desvantagens com as quais lidam na vida diária (FRANÇA, 2013). Diferentemente do Modelo Médico, o qual, segundo analisa o autor, supervaloriza os atributos biológicos, compreendendo-nos como fonte das desvantagens sociais, bastando a intervenção nos corpos de deficientes para sua suposta normalização.

Nesse contexto, a atenção às restrições sociais colocadas a pessoas com deficiência deve ser motivo de preocupação e reflexão para a oferta de independência a esses indivíduos, estando inclusão e acessibilidade pautadas na construção de instrumentos e meios capazes de prover a livre e facilitada vivência dos espaços sociais por indivíduos deficientes.

Na perspectiva da deficiência física, conceituada como “alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física” (BRASIL, 2004, online), o Modelo Social atua principalmente na organização dos espaços públicos e privados com vista a propiciar a livre circulação e uso dos equipamentos de forma independente.

Um desses são as academias de ginástica, espaços privados para uso e prática de atividades físicas voltadas à saúde pessoal, ao lazer, ao condicionamento etc. Em perspectiva social, representa local educativo capacitado a oferta de programas que possibilitam o acesso e aprendizagem de atividades vastas no campo das práticas corporais. Dentre essas atividades estão os exercícios físicos adaptados para desenvolvimento das capacidades de pessoas com deficiência, bem como sua saúde e qualidade de vida do ponto de vista do “cuidado” com o corpo, no sentido de como este se expressa individualmente no interior da sociedade (SILVA et al., 2013).

Nesse sentido, uma característica das academias é sua natureza relativamente abundante no que diz respeito à oferta de serviços ao público. Quanto mais forem os objetivos visados pelos praticantes, maior será a organização de atividades direcionadas a distintos fins, sejam eles individuais ou coletivos. Apesar de haver, nesses espaços, motivos que também levem a desistência na busca por práticas pelo público, como o desqualificado atendimento e a existência de poucos aparelhos (LIZ; ANDRADE, 2015).

Somados a adaptação urbanística, ou sua ausência, os motivos analisados por Liz e Andrade (2015) podem representar fatores que levam a baixa aderência a programas de práticas físicas nas academias por pessoas com deficiência. Problema crítico quando o esperado por esses espaços é que sua organização física, estrutural e profissional esteja condicionada as necessidades dos diferentes praticantes que os frequentam, dentre eles pessoas com deficiência física.

No que diz respeito a isto, as barreiras arquitetônicas acabam se tornando empecilho a ser enfrentado por pessoas com deficiência física. Zuchetto e Castro (2002), em estudo realizado com 18 indivíduos com essa deficiência para análise das contribuições das atividades físicas na qualidade de vida, apontam que as barreiras arquitetônicas surgem como principal dificuldade encontrada por esses sujeitos para sua prática. Segundo elas, ao refletirem a necessidade de oferta de condições para acesso aos espaços, bem como seu uso independente,

Não basta oferecer as práticas esportivas e de lazer, é necessário dar condições para que os mesmos possam se deslocar até esses locais. É condição básica para que os deficientes físicos façam qualquer atividade, inclusive trabalhar e se colocarem no mesmo nível de igualdade com população em geral (ZUCHETTO; CASTO, 2002, p. 66).

Em virtude disso, o papel exercido pela acessibilidade no contexto de oferta a espaços estruturados para o livre uso de pessoas com deficiência física se torna primordial, sobretudo nas academias. Isto permite a tais sujeitos o alcance a realização de atividades físicas e práticas corporais benéficas ao seu desenvolvimento multidimensional sejam na perspectiva da saúde, da reabilitação ou do bem-estar físico e social.

Tais benefícios exercem relevância do ponto de vista da deficiência física porque são resultantes do envolvimento de pessoas com atividades reconhecidas por manter o equilíbrio das dimensões física e mental (ZUCHETTO; CASTRO, 2002). Essas dimensões são fundamentalmente necessárias à manutenção de um estilo de vida ativo, saudável e com ausência de restrições em suas distintas naturezas.

À medida que são evidentes as funções metabólicas e sociais das atividades físicas e esportivas para a vivência qualificada e saudável de pessoas com deficiência física, a busca de tais sujeitos a elas deve ser fator de preocupação e atenção pelos espaços públicos e privados. O não compromisso social dos mesmos pode ser capaz de limitar ainda mais a participação em práticas por vezes tidas como primárias à reabilitação ou à própria qualidade de vida da população em questão.

A última seção desta revisão teórica destaca alguns benefícios resultantes das atividades físicas e desportos adaptados para a manutenção de um estilo de vida saudável e dignamente humano às pessoas com deficiência, em particular a deficiência física. Caracteriza-se como análise essencial para compreensão das academias como espaços direcionados a oferta de práticas corporais ao público em geral, de acordo com os objetivos buscados e, por consequência, passíveis a organização planejada de seu ambiente físico para atendimento as necessidades de quem as frequenta.

1.3 Benefícios das atividades físicas para pessoas com deficiência

Como temos alertado e observado em estudos (RUFINI; TEIXEIRA-ARROYO, 2013; SERON; ARRUDA; GREGUOL, 2015), existem leis direcionadas a garantia do direito a acessibilidade de pessoas com deficiência física nos espaços sociais públicos e privados, como as academias. Porém, a não adequação dos espaços arquitetônicos e equipamentos pode representar causa impulsionadora de exclusão social de tais

indivíduos na sociedade, cerceando-os da vivência de atividades benéficas a sua dignidade e desenvolvimento como pessoa.

A atividade física como indicador em potencial para o aumento satisfatório de qualidade de vida (NOCE; SIMIM; MELLO, 2009) figura como uma das vivências sociais historicamente benéficas aos seres humanos por uma série de motivos. Dentre esses estão a busca pela promoção da saúde e o aumento dos índices de aptidão física (GUEDES; GUEDES, 1995). Entendida, conforme os autores, como a “capacidade de realizar esforços físicos que possam garantir a sobrevivência das pessoas em boas condições orgânicas no meio ambiente em que vivem” (p. 22).

Os conceitos e práticas considerados por Guedes e Guedes (1995), como atividade física e exercício físico, ao proporcionarem benefícios propícios a multidimensionalidade do ser humano, indicam a possibilidade de serem vivenciados por todos os tipos de pessoas, independentemente de suas condições físicas, emocionais, sociais etc. O grupo populacional representado pela figura da pessoa com deficiência se inclui nesse contexto.

Em se tratando de pessoas com deficiência física, dentre os benefícios das atividades físicas discutidos por Noce, Simim e Mello (2009), em primeiro lugar está o aumento da qualidade de vida de indivíduos ativos em detrimento de sedentários. Qualidade de vida, para Nahas (2001, p. 5), significa a “condição humana resultante de um conjunto de parâmetros individuais e sócio-ambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano”.

As implicações do aumento de qualidade de vida, por sua vez, resultam em benefícios biopsicossociais àqueles que se envolvem em práticas de atividades físicas, somados aos benefícios orgânicos inerentes aos aspectos metabólicos, músculo-osteoarticular e cardiorrespiratório (ZUCHETTO; CASTRO, 2002). Segundo Noce, Simim e Mello (2009), entretanto, para isso ocorrer, é imperativo o estímulo à participação de pessoas com deficiência sedentárias em programas de atividades físicas.

Ainda segundo Zuchetto e Castro (2002), dentre os benefícios ocasionados pela prática de atividades físicas por pessoas com deficiência física estão os psicológicos: sensação de se estar vivendo saudavelmente; percepção positiva de sua imagem corporal e aumento de autoestima. Sensações e percepções essas necessárias ao bem-estar desses sujeitos.

No contexto social, ao corroborarem os estudos de Araújo e Araújo (2000), Noce, Simim e Mello (2009) destacam a melhoria dos aspectos relacionados ao convívio social, resultante da prática de exercícios físicos. Esse é um dado chamativo na medida em que a busca por uma vida saudável, além de considerar os fatores físicos e psicológicos, também se relaciona a busca por uma vida social digna, participativa e satisfatória por quem durante a história da humanidade esteve à margem da sociedade, muitas vezes desestimulados de conviver em harmonia com indivíduos considerados “normais”.

Portanto, a prática esportiva e física por pessoas com deficiência implica em efeitos de múltiplas naturezas, conforme Potter (1987). Para o autor, os benefícios fisiológicos resultam na exploração dos limites articulares, controle do movimento voluntário, bem como melhoria da aptidão física geral e saúde. Os psicológicos se manifestam no aumento da autoconfiança, redução de ansiedade e melhor comunicação. Por fim, na ordem social estão os efeitos voltados ao desenvolvimento da autonomia, principalmente.

Em interseção aos benefícios proporcionados pelas atividades físicas em academias no que diz respeito a suas dimensões fisiológica, psicológica e social encontra-se a reabilitação. A reabilitação compreende um processo que busca “[...] assegurar à pessoa com deficiência, independente da natureza ou da origem da deficiência, a mais ampla participação na vida social e ainda proporcionar a maior independência possível em atividades da vida diária” (CARDOSO, 2011, p. 530), sobretudo quando resultante de atividades adaptadas, como o desporto.

Possível de ser praticado em academias, o desporto adaptado se associa a garantia legal ao direito de pessoas com deficiência a livre expressão de suas capacidades nas práticas que vivenciam, permitida pela acessibilidade. As academias, nesse sentido, apresentam-se como espaços viáveis a tal finalidade em função da diversidade de atividades presentes em seu interior.

Nesse sentido, a adaptação de espaços e equipamentos, estendidas, por conveniência, às adaptações de práticas esportivas e físicas configuram ações que traduzem a possibilidade de oferta de condições a esse grupo da população a sua participação social. Mas não só, como também intenções voltadas à restauração de funções no contexto da reabilitação (PEREIRA, 2009).

No que tange ao desporto adaptado, seus benefícios para pessoas com deficiência podem ser vastos, dentre os quais, para Cardoso (2011), a reabilitação

física, social e psicológica, a melhoria geral da aptidão física, ganhos de independência e autoconfiança na realização de atividades cotidianas, além da melhoria de seu autoconceito e autoestima. Benefícios que, de um modo geral, adequam-se pertinentemente as condições e necessidades imediatas desses indivíduos.

Outro destaque de Cardoso (2011), com base em análise à literatura, é que as atividades desportivas também são importantes para testar os limites e potencialidades de pessoas com deficiência, além de serem úteis na prevenção de enfermidades secundárias à sua deficiência. Ainda conforme analisa o autor, tais atividades proporcionam a vivência de sensações e movimentos muitas vezes não experimentados em função da limitação física ou das barreiras sociais e ambientais enfrentadas por elas. Fato que traz a tona os impactos causados pela exclusão social, evidenciando a necessidade de a acessibilidade e as atitudes voltadas a inclusão manifestarem presença nos espaços ocupados por pessoas com deficiência, como as academias.

Nesses espaços de educação, a prática de atividades físicas por pessoas com deficiência física é de importância destacada. Apontam Zuchetto e Castro (2002) que as adaptações fisiológicas resultantes dessa prática podem ser agudas ou crônicas, as quais vão interferir diretamente na qualidade de vida. Contrariamente, porém, a inatividade física “reduz a imobilidade, aumenta o peso corporal e diminui a disposição para realizar tarefas da vida diária” (ZUCHETTO; CASTRO, p. 54).

Em sua forma adaptada, a atividade física é entendida como “todo o movimento, atividade física e desporto em que a ênfase é colocada sobre os interesses e capacidades das pessoas com condições limitantes, tais como a deficiência [...]” (DEPAUW; DOLL TEPPER, 1989, p. 96). De acordo com Vitorino et al. (2015, p. 49), o termo se liga “à promoção de estilos de vida ativos e saudáveis, com a finalidade de minimizar os problemas psicomotores que interferem no desenvolvimento pessoal do ser humano” e, segundo refletem, ao analisar o grupo populacional com deficiência,

A intervenção diária com esta população deve ter como principal objetivo o desenvolvimento máximo das suas capacidades e aptidões, qualidades individuais, de forma a adaptar-se às exigências da vida quotidiana inerentes à sociedade em que está inserida. Neste contexto, o movimento, enquanto componente fortemente reeducativa, terapêutica e de reabilitação, foi alvo de grande desenvolvimento e implementação no século XX, o que implicou a

proliferação de diferentes perspectivas e metodologias de trabalho, dado que as atividades de carácter desportivo, lúdico, cultural e social têm um papel de extrema importância no processo de reabilitação de pessoas com deficiência, como modo de evitar o seu isolamento e possíveis atitudes antissociais (VITORINO et al., 2015, p. 48-49).

Dada a análise dos autores, é central o papel das atividades físicas, sobretudo adaptadas, na potencialização das capacidades fisiológicas, sociais e psicológicas das pessoas com deficiência. Igualmente, o papel das metodologias de trabalho voltadas ao alcance a práticas bem-sucedidas no campo da inclusão e das atividades adaptadas é relevante, considerando-se a heterogeneidade populacional com deficiência e trabalho profissional desenvolvido em cada uma delas, a partir das condições de acessibilidade ofertadas e presentes no ambiente no qual estarão sendo praticadas as atividades físicas.

Lehnhard, Manta e Palma (2012) em estudo sobre a prática de atividades físicas por pessoas com deficiência física em diferentes fases de sua vida ressaltam esta ação como forma de reabilitação e manutenção de um estilo de vida saudável. Explicam, a partir de investigação com 09 indivíduos com deficiência física, que o planejamento de ações voltadas à oferta de atividades físicas ao longo da vida se faz necessária, uma vez que a deficiência não os limita a participarem de atividades dessa natureza. Contrariamente, o aumento da percepção dos sujeitos relativa a capacidade de participação em atividades físicas e esportivas se torna evidente, caso adaptações sejam consideradas, dentre elas as físicas, ambientais e estruturais.

Por esse e outros motivos o valor dado a reestruturação dos espaços para prática de atividades físicas por pessoas com deficiência física precisa assumir relevância imediata. Isto se faz necessário em função da necessidade social desses indivíduos incluírem-se e serem incluídos em atividades benéficas a seu desenvolvimento pessoal, humano e social, como demonstra a literatura em estudos.

Considerando-se, a partir de Lehnhard, Manta e Palma (2012), que a deficiência não limita a participação de pessoas em atividades esportivas e físicas, a preparação para atendimento a tais indivíduos nas academias é fundamental. Dessa forma, tanto o direito ao acesso a tais espaços seria garantido, portanto não restringido, como também seu uso adequado e com qualidade, visando a realização de práticas que levem a independência de pessoas com a mobilidade reduzida, isto é, pessoas com deficiência física (YOSHIDA et al., 2010).

A presente pesquisa direciona sua atenção a condição de acessibilidade presente em academias da cidade de Belém do Pará para atendimento as pessoas com deficiência física. Tem por finalidade compreender como tais espaços se estruturam a fim de permitir a participação, sem restrição, dos indivíduos em atividades benéficas a sua vida.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar a percepção de professores sobre as condições de acessibilidade de academias de Belém do Pará para atendimento as pessoas com deficiência física.

2.2 Objetivos específicos

Avaliar a qualificação profissional de professores atuantes em academias de Belém sobre o atendimento ao público com deficiência física; investigar e analisar a percepção de professores sobre as condições de acessibilidade para atendimento às pessoas com deficiência física nas academias onde atuam.

3 METODOLOGIA

3.1 Quadro geral do percurso metodológico

Trata-se de um estudo de campo de caráter quanti-qualitativo, o qual visa analisar as condições de acessibilidade nas academias de Belém-Pará, a partir das percepções dos professores atuantes nas academias selecionadas pela pesquisa. O *lócus* foi academias de 14 bairros da capital paraense. Os sujeitos, professores de Educação Física atuantes nesses espaços.

Devido às condições impostas pela pandemia de Covid-19, o instrumento de coleta de dados foi modificado para melhor atender as restrições e protocolos nacionais e estaduais para enfrentamento ao coronavírus. Nesse sentido, a pesquisa sofreu uma adaptação e o instrumento escolhido para coleta foi o *Google Forms*.

Após a aceitação de participação, os sujeitos preencheram o formulário de forma online, estando seus nomes e das instituições onde atuam mantidos em anonimato.

3.2 *Lócus* de pesquisa

Segundo a Prefeitura Municipal de Belém (1994), a cidade se divide em oito Distritos Administrativos, sendo estes: Distrito Administrativo Belém (DABEL), Distrito Administrativo Guamá (DAGUA), Distrito Administrativo Sacramenta (DASAC), Distrito Administrativo Entroncamento (DAENT), Distrito Administrativo Bengui (DABEN), Distrito Administrativo Icoaraci (DAICO), Distrito Administrativo Outeiro (DAOUT) e Distrito Administrativo Mosqueiro (DAMOS). O DABEL e o DAGUA foram os distritos escolhidos para a pesquisa. Dessa forma, academias de 14 bairros compuseram o quadro inicial de espaços possíveis de serem selecionados.

A seleção das academias foi feita através de um mapeamento por bairro. As maiores franquias de cada bairro foram escolhidas e contatadas para participação na pesquisa. Nesse processo, academias de 10 bairros representaram o *lócus* da pesquisa.

O convite às academias participantes ocorreu virtualmente. Como critério de inclusão e/ou exclusão no estudo: a) as academias deveriam estar regularmente

registradas e com funcionamento legal; b) os professores participantes da pesquisa deveriam estar no mínimo 06 meses atuando na academia.

Após o convite às academias para participação no estudo, foram adotados os procedimentos éticos para participação dos sujeitos da pesquisa, professores atuantes nesses espaços.

3.3 População e amostra

Os sujeitos foram 26 professores de Educação Física que se enquadraram no critério “b” de inclusão/exclusão no estudo. São sujeitos com formação acadêmica completada nos mais diferentes períodos; de 1993, até o presente ano.

3.4 Coleta e análise de dados

Para a realização da pesquisa foi utilizado como instrumento de coleta de dados o Formulários *Google*. Neste, foi aplicado questionário com questões abertas, dirigidas aos professores das academias. Continha em seu corpo 11 perguntas relativas à formação e atuação profissional, bem como às condições de acessibilidade nas academias onde exercem sua atividade profissional.

A análise dos dados ocorreu de forma descritivo-analítica, por meio de gráficos com representações dos resultados quantitativos, com inferências teóricas à luz da literatura sobre o tema.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

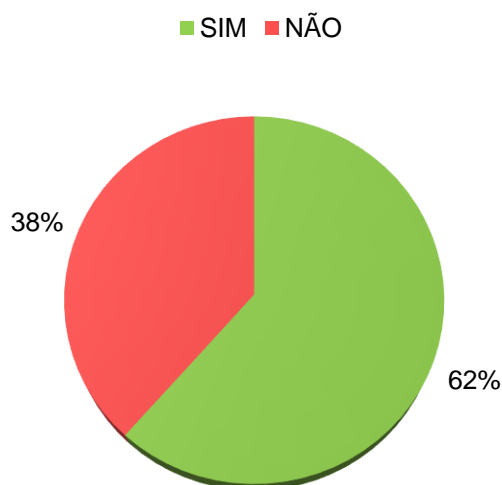
Os resultados consideraram a análise da percepção de professores que atuam em academias de Belém do Pará referente às condições de acessibilidade para o uso e acesso de pessoas com deficiência física a seus espaços e atividades.

Foram construídas três categorias, as quais serão objetos de discussão nas seções que se seguem. Analisar as condições de acessibilidade em determinados espaços sociais está condicionado à reflexão sobre condicionantes que direta ou indiretamente se associam a esse fenômeno. Neste trabalho consideramos, portanto, a formação acadêmica, o trabalho profissional e as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física em academias.

4.1 Formação acadêmica

Com relação à primeira categoria de análise, o questionamento inicial aos professores procurou indagá-los sobre se na formação inicial tiveram contato com disciplinas voltadas ao trato profissional com pessoas com deficiência, em especial a física. O resultado se encontra na Figura 1.

Figura 1 – Formação para trabalho com deficiência física.



Fonte: A autora (2021).

Os dados indicam que, com maioria relativamente acentuada, os sujeitos investigados tiveram acesso a disciplinas na formação inicial que os

instrumentalizassem ao trabalho com a deficiência física em seus futuros espaços de atuação profissional.

Dentre as disciplinas vivenciadas no processo formativo inicial pelos professores de Educação Física se destacam Educação Física Adaptada; Fundamentos de Educação Física Inclusiva; Estágio Supervisionado com Grupos Especiais; Esportes Adaptados; e Atividade Física Adaptada.

Convencionalmente, a presença de disciplinas de natureza inclusiva na formação acadêmica em Educação Física é prevista em documentos normativos nacionais que dão base a formação inicial nesse campo do conhecimento, como a Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018, que institui as diretrizes curriculares dos cursos de graduação em Educação Física (BRASIL, 2018a). Fato que por si só não garante o preparo suficiente para intervenção profissional com o público com deficiência, mas se refere a um importante aliado nessa questão.

Chama a atenção também o fato de uma das disciplinas citadas pelos professores ser o Estágio Supervisionado, atividade curricular na formação inicial. Representando momento formativo no qual se prevalece a intervenção teórico-prática na realidade concreta e a reflexão sobre ela (KENSKI, 1991), a possibilidade de serem vivenciadas ações acadêmicas diretamente com pessoas com deficiência é relevante do ponto de vista da aprendizagem dos instrumentos, técnicas e atitudes para intervenção pedagógica com elas. Do contrário, a vivência precária de situações relacionadas a inclusão nessa etapa da formação pode culminar num despreparo de futuros professores (CHICON; PETERLE; SANTANA, 2014).

Silva e Drigo (2012) acentuam a importância de a extensão universitária contribuir com o desenvolvimento da competência profissional de professores, além de citarem, nesse contexto, o estágio supervisionado como espaço necessário a esse fim. Discutindo sobre a Educação Física Adaptada, disciplina mais citada pelos sujeitos deste trabalho, apontam os autores também a importância de mobilização para o trabalho com ela, em virtude da possibilidade de inclusão de pessoas com deficiência nos espaços sociais, como as academias.

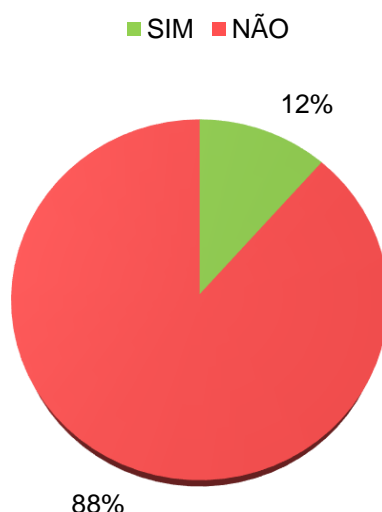
Paralelamente, a consolidação de aprendizagens referentes as atividades ou a Educação Física adaptadas configura base para atuação em espaços que também gozam de adaptações para seu acesso e uso por pessoas com deficiência, tal como prevê a NBR 9050 (ABNT, 2020) ao tratar das normas de adaptação. Nessa perspectiva, a formação inicial e suas disciplinas voltadas a inclusão (como a

Educação Física Adaptada) facilitaria o trabalho profissional em espaços previamente planejados, com boas condições de acessibilidade.

Como nota de alerta, convém ressaltar a ausência de formação específica para o trabalho com deficiências, resultado expresso no indicativo daqueles sujeitos (38%, total correspondente a 10 sujeitos) que não o tiveram em algum momento durante sua graduação. Com relação a isto, já refletimos junto com Liz e Andrade (2015) que, além de uma formação deficitária implicar no atendimento desqualificado, pode representar fator para a baixa aderência de pessoas nas academias, incluindo aquelas com deficiência.

A Figura 2 abaixo reflete questões relacionadas ao trabalho profissional após formação acadêmica. De modo geral, apresenta a quantidade de professores que se sentem preparados para um trabalho qualificado com pessoas com deficiência física.

Figura 2 – Preparação para trabalho com deficiências após formação acadêmica.



Fonte: A autora (2021).

Quase que unanimemente, é consenso que impera uma ausência de preparação direcionada as atividades para pessoas com deficiência, assim como também revelam em seu estudo Filus e Martins Junior (2004). Um total de 23 sujeitos (88%) acena dessa forma, com apenas 03 (12%) se sentindo preparados.

Dentre os motivos levantados para a ausência de preparação estão o contato com material acadêmico superficial e a carga horária insuficiente na formação inicial. Em se tratando do primeiro motivo – superficialidade do material acadêmico –, embora hoje existam produções teóricas qualificadas e em suficiência para a aprendizagem

do tema, é necessário rever, na formação, seu conteúdo e o modo como são utilizadas por docentes, visando um ensino contextualizado e compreensível.

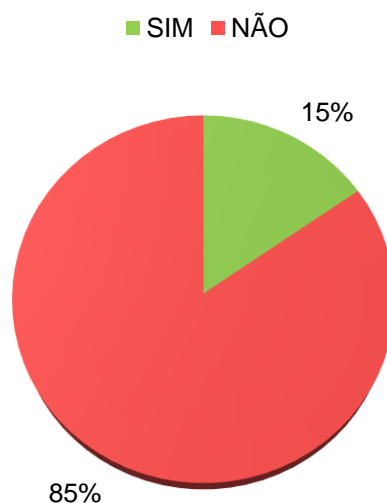
Santos (2007, p. 1) considera que “Os professores em processo de formação profissional normalmente se queixam da rigidez dos materiais didáticos disponíveis, o que dificulta a sua utilização em certas estratégias de ensino”. Segundo ainda observa, a dificuldade em questão pode se dar em função da utilização cega de materiais como textos, sem a reflexão sobre suas deficiências ou inadequações.

Nesse contexto, a atenção crítica pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e docentes universitários à questão dos materiais acadêmicos e didáticos precisa ser avaliada, pois isso é relevante em alguns sentidos. Centralmente, na produção, por docentes, de materiais didáticos de qualidade que melhor preparem teoricamente os sujeitos em formação, a fim de que consigam resolver os problemas práticos colocados a eles no cotidiano de sua atuação profissional.

O segundo motivo acenado a partir do Gráfico 2 foi a carga horária insuficiente para disciplinas que tratassem de aprendizagens relacionadas ao trabalho com deficiências e a inclusão. Como formas de solução a essa problemática, faz-se necessário na formação, tanto a vivência de disciplinas mais diversas relacionadas a Educação Física Adaptada (BELTRAME; RIBEIRO, 2004), quanto à introdução de discussões sobre as deficiências em outras disciplinas do curso de Educação Física (FILUS; MARTINS JUNIOR, 2004).

A última questão associada à categoria “formação acadêmica” diz respeito à formação continuada dos professores entrevistados. Segundo a Figura 3 ilustrada abaixo, a maioria dos sujeitos não teve contato com cursos voltados a Educação Física Adaptada. A exceção são 04 professores.

Figura 3 – Formação continuada para trabalho com deficiências.



Fonte: A autora (2021).

De acordo com Chicon, Peterle e Santana (2014, p. 5842) ao realizarem pesquisa bibliográfica sobre a formação em Educação Física na perspectiva da inclusão, os estudos sobre formação continuada são enfáticos em considerar que, tanto professores com sólida formação inicial, quanto aqueles que se sentem inseguros após o processo formativo em nível de graduação, buscaram uma qualificação de sua intervenção “por meio de cursos, leituras e troca de experiências a fim de aumentar seu conhecimento e ressignificar sua prática”. Situação ausente dentre os sujeitos investigados por esta pesquisa, porém necessária.

4.2 Trabalho profissional

Esta seção de análise apresenta brevemente o trabalho profissional de professores de Educação Física nas academias de Belém, especificamente com relação ao público com deficiência física.

Para a categoria, duas questões foram centrais. A primeira indagou os sujeitos se atualmente estão preparados para atender pessoas com deficiência física. Aqui encontramos 03 grupos de respostas. Aquelas as quais apontam uma preparação dos professores (10 respostas). As que indicam uma negativa (14 respostas). E as que revelam a necessidade de aprofundamento e maior especialização profissional para o atendimento (02 respostas).

Interessante observar um aumento da quantidade de professores que se sentem preparados para trabalhar atividades físicas, adaptadas e práticas corporais, no geral, com pessoas com deficiência física quando comparado a resposta dada na seção anterior. Nesta, apenas 03 sujeitos indicaram se sentir aptos, com base no que a formação inicial lhes ofertou enquanto aprendizado teórico-prático.

A questão acima pode ser explicada por motivos vastos. Um deles é a aprendizagem obtida no próprio espaço de atuação profissional. Como veremos na categoria de análise seguida a esta, a existência de pessoas com deficiência física nos ambientes de trabalho dos professores entrevistados é quase absoluta, propiciando aos profissionais o contato direto com esses indivíduos e, portanto, a aprendizagem diária, inclusive de modo coletivo, de estratégias e ações para o desenvolvimento de atividades com eles.

No campo da docência, independente do espaço onde ocorrem as intervenções profissionais, Pimenta (1999) chama esse fenômeno de saberes da experiência, caracterizado por aqueles saberes apreendidos durante todo o processo formativo de docentes, sobretudo no desenvolvimento prático de seu trabalho e junto com outros profissionais. Nesse contexto, é válido dizer que a ocorrência de experiências de aprendizagem profissional no campo da experiência pode ser base fecunda para um trabalho de qualidade com pessoas com deficiência física nas academias. Embora a formação continuada ainda seja exclusivamente necessária nesse sentido.

O fato acima destacado foi apontado pelo grupo de professores que revelaram a necessidade de especialização profissional para o atendimento as pessoas com deficiência física, podendo ser estendida esta ação àqueles sujeitos que não se sentem preparados (14 professores).

A formação continuada, nesse sentido, apresenta-se como espaço favorável à constituição e qualificação profissional dos professores e à reflexão crítica sobre a intervenção planejada com pessoas com deficiência. Nóvoa (1992) reflete acerca disso quando aponta que a formação continuada não deve ser concebida somente como um processo acumulativo de conhecimentos, cursos e técnicas específicas, mas como um trabalho no qual prevalece a reflexividade crítica sobre as práticas realizadas. Ação que, de forma mútua, permite reconstruir a identidade pessoal e profissional de educadores.

4.3 Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física em academias de Belém

As questões que embasaram essa categoria levaram em conta, minimamente, as percepções dos professores sobre como se sentem em relação ao trabalho com pessoas com deficiência física. Essas discussões foram exploradas brevemente na seção anterior. A presente analisa como esse mesmo trabalho se desenvolve no interior das academias onde atuam, observando-se nessas a presença de pessoas com deficiência física e as condições de acessibilidade para elas.

Referente a primeira observação citada, nota-se que nas academias onde atuam os professores investigados, a maioria apresenta público de pessoas com deficiência física (20 sujeitos acenaram quanto ao fato), sendo que algumas delas utilizam cadeira de rodas. Esse dado é relativamente significativo quando comparado ao estudo de Amorin (2012). Foi observado que de oito (08) academias participantes de sua pesquisa, apenas duas (02) atendiam pessoas com deficiência física.

Segundo Furtado (2009), as academias, ao longo de seu percurso histórico, modificaram as características de sua organização, ao mesmo tempo em que multiplicou a procura pelo serviço ofertado em seus espaços. Dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018b) revelam que as academias, hoje, acompanham o crescimento do número de pessoas praticantes de atividades físicas no Brasil, representado por 24% da população do país, entre 2006 e 2017.

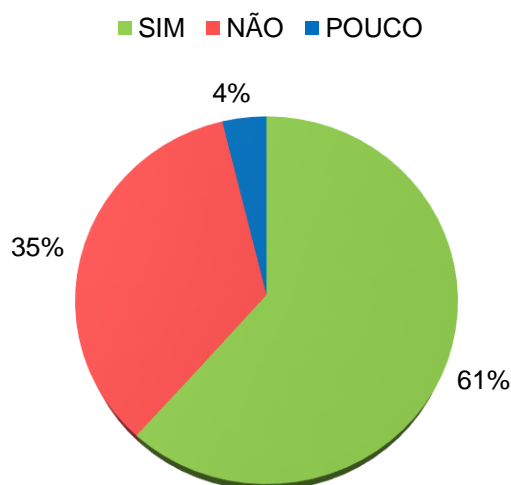
Os números do Ministério da Saúde, bem como a reflexão de Furtado (2009) podem explicar a significativa procura pela prática de atividades físicas nas academias brasileiras nos últimos anos. Esse fato, por consequência, pode ajudar a entender a tendência de participação e uso dos espaços das academias por pessoas com deficiência nas instituições investigadas por essa pesquisa ou outras país afora.

O cenário de presença e atendimento das pessoas com deficiência nas academias justifica discussões já levantadas, como os benefícios atingidos pela prática de atividades físicas por esses indivíduos (Seção 1.3). Dentre tais benefícios estão os psicológicos, sociais e físicos.

Todavia, para um trabalho de qualidade acontecer no que diz respeito às formas adaptadas de atividades físicas e práticas corporais, é imperativo que as academias estejam minimamente preparadas para receber pessoas com deficiência. Nesse grupo de sujeitos se incluem aqueles com mobilidade reduzida.

A última pergunta do questionário, cumprindo com o objetivo geral do trabalho, tem a ver com a preparação das academias de Belém-PA quanto ao atendimento ao público com deficiência física. O pressuposto que orientou a questão foi a necessidade dos espaços sociais públicos ou privados (dentre eles as academias) privilegiarem a desobstrução de barreiras que impedem o acesso livre e com qualidade ao seu interior. Dito isto, questionados se as academias onde atuam estão preparadas para atender pessoas com deficiência física, os professores revelaram suas percepções, segundo figura abaixo.

Figura 4 – Preparação de academias de Belém-PA para o atendimento a pessoas com deficiência física.



Fonte: A autora.

Da quantidade de sujeitos, dezesseis (16) professores percebem uma organização e adaptação estrutural das academias onde exercem sua atividade profissional. Dado relevante, o qual indica a avaliação crítica desses espaços concernente à importância de se incluir pessoas que, no rumo da história, sofreram cerceamentos sociais com impactos profundos na constituição de sua dignidade humana.

Nessa perspectiva se faz importante atentar ao caráter técnico das normas voltadas as adaptações ou adequações de espaços físicos no Brasil. Como vimos com a NBR 9050 (ABNT, 2020), tais normas visam facilitar, sobretudo, o acesso de pessoas com deficiência aos espaços, equipamentos e demais elementos urbanos.

Os agravantes associados à falta de estruturação dos espaços das academias para acesso de pessoas com deficiência física são inúmeros, e isto emergiu como resultado de pesquisa. Nove (09) professores apontaram ausência de preparação estrutural das academias onde atuam. Um deles cita, por exemplo, a ausência de nenhuma estrutura adaptada, desde a entrada de acesso até os equipamentos para prática de atividades físicas.

A ausência em questão representa o oposto do que prevê a norma 9050 da ABNT quanto à adaptação ou adequação dos espaços ou equipamentos para acesso do público (ABNT, 2020). E como podemos visualizar pelo relato de um dos professores, a acessibilidade se torna mais deficitária ainda quando tampouco o acesso ao espaço interior da academia é facilitado. Sobre isso, algumas considerações são importantes.

Primeiramente, embora não tenhamos investigado o quantitativo total de academias de Belém-PA para análise das condições de acessibilidade, convém ressaltar que o recorte da pesquisa expressa uma tendência positiva com relação a esse fenômeno em espaços de grande porte. Situação esperada, considerando o fato de disporem de estrutura para tal feito. Dado, porém, que não descarta a necessidade de avaliação crítica das academias (10) com pouca ou nenhuma preparação para atender de forma acessível pessoas com deficiência física.

Ao implicar em falta de oportunidades para a prática de atividades corporais e físicas, a ausência de condições de acessibilidade em academias atua em duas frentes. A primeira, no acesso aos espaços. A segunda, na participação em atividades com benefícios indiscutíveis as pessoas com deficiência física.

Ainda que o número de academias sem condições de acessibilidade tenha sido menor quando comparado as academias com oferta de estrutura física acessível, a reflexão central acerca dos dados analisados por essa pesquisa indubitavelmente incide sob as frentes acima referidas.

Nesse caso, de um lado, observa-se a necessidade das academias se estruturarem internamente quanto ao acesso do público no que diz respeito à entrada, permanência, circulação e saída. Igualmente, de acordo com a norma 9050 (ABNT, 2020), as dimensões referenciais para deslocamento de pessoas em pé e para manobra em cadeira de rodas também são essenciais serem revistas, assim como as proteções contra quedas e sinalizações.

Por outro, as adaptações ou adequações relativas a participação em atividades e exercícios corporais e físicos são imprescindíveis. Nesse caso destaca-se, por exemplo, a adaptação dos aparelhos por intermédio da estruturação de barras de apoio (ABNT, 2020) para uma mais efetiva realização das práticas.

Finalmente, a partir dos dados analisados na pesquisa, podemos obter um panorama de como se organizam academias de Belém-PA com relação às condições de acessibilidade para acesso e participação de pessoas com deficiência física. O cenário apresentado demonstra um equilíbrio relativo sobre esse fato, com algumas academias apresentando condições e outras não. Não obstante, a avaliação geral sobre a oferta de condições acessíveis deve ocupar espaço central de reflexão pelas academias da cidade, a fim de que pessoas com deficiência física tenham seus direitos sociais garantidos na perspectiva da inclusão.

Além disso, a formação e qualificação profissional aparecem como elementos igualmente centrais a oferta de espaços de qualidade para uso de pessoas com deficiência. Nessa perspectiva, juntos reúnem possibilidades em potencial para o vislumbrar de uma nova condição a esses sujeitos, intrinsecamente relacionada a seu bem-estar social.

CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho foi analisar a percepção de professores sobre as condições de acessibilidade de academias de Belém do Pará para atendimento as pessoas com deficiência física.

Os resultados analisados indicaram que as percepções sobre acessibilidade dos professores de Educação Física interrogados demonstram um equilíbrio. Esse equilíbrio revela a existência de academias com condições viáveis para o acesso de pessoas com deficiência física e a necessidade de outras se estruturarem para recebê-las.

Nessa perspectiva, a constatação acima revelada perpassou a avaliação anterior de outros elementos diretamente relacionados a oferta de condições acessíveis as pessoas com deficiência física em academias, tal como sugerido por normas constantes na ABNT.

O primeiro elemento em questão diz respeito à formação acadêmica dos sujeitos investigados. Concluiu-se que existiu no processo formativo inicial dos sujeitos a abordagem de temas voltados a inclusão e as deficiências, o que não necessariamente os instrumentalizaram efetivamente a uma atuação profissional qualificada. Quanto à formação continuada, constatou-se uma ausência expressiva de professores com acesso a esse nível formativo, impactando em seu trabalho profissional e na oferta com qualidade de atividades às pessoas com deficiência física nas academias.

O trabalho profissional foi a segunda categoria de análise. Referente ao atendimento de pessoas com deficiência física, alguns sujeitos relataram se sentirem preparados; outros disseram que (a maioria quantitativa); e o restante revelou a necessidade de aprofundamento e especialização profissional para esse fim. Em vista do aumento significativo de sujeitos que revelaram se sentirem preparados, concluiu-se que isto ocorreu mais em função da aprendizagem obtida nas experiências profissionais cotidianas, de forma individual ou coletiva, do que diretamente em decorrência da formação inicial.

Ao ressaltarmos que formação e trabalho profissional se imbricam diretamente a questão da acessibilidade e, mais efetivamente, da oferta com qualidade de atividades e serviços as pessoas com deficiência física nas academias, analisamos,

por fim, as percepções sobre as condições de acessibilidade nesses espaços, segundo os professores; resultado central do estudo, o qual respondeu seu objetivo.

Notou-se um número expressivo de sujeitos (16 de 26) que percebem uma organização e adaptação estrutural das academias onde exercem sua atividade profissional. Dado considerado relevante, o qual sugere o olhar crítico e apurado desses espaços ao planejamento estrutural e físico de seu ambiente interno e externo, a fim de que pessoas com deficiência física tenham acesso garantido, de direito deles.

Contudo, ainda tiveram professores que apontaram ausência de preparação estrutural das academias onde atuam, a exemplo da ausência de estrutura adaptada, desde a entrada de acesso até os equipamentos para prática de atividades físicas. A referida ausência impacta na dificuldade de circulação e permanência de deficientes físicos nas academias, além da participação em práticas de atividades e exercícios físicos, de benefícios significativos para sua saúde física, social e psicológica.

Nesse contexto, aponta-se a importância de as academias com condições mínimas ou inexistentes de acessibilidade se ajustarem estruturalmente para oferta de espaços dignos, acessíveis e de fácil circulação, tal como normatiza a ABNT. A avaliação geral sobre essa oferta deve ocupar espaço central de reflexão pelas academias da cidade de Belém, a fim de que pessoas com deficiência física tenham seus direitos sociais garantidos na perspectiva da inclusão e possam gozar de atividades benéficas a sua constituição humana.

REFERÊNCIAS

AMORIN, A. K. A. **Acessibilidade de pessoas com deficiência física nas academias de musculação de São José/SC**. 2012. 52f. Graduação (Bacharelado em Educação Física) – Universidade do Sul de Santa Catarina, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas. 2020.

BELTRAME, T. S.; RIBEIRO, J. Atitudes de graduandos em educação física do CEFID em face da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 17-22, 2. sem. 2004.

BRASIL. Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-3298-20-dezembro-1999-367725-norma-pe.html>>. Acesso em 10 fev. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Acesso em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5296-2-dezembro-2004-534980-norma-pe.html>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-norma-pl.html>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 584**, de 3 de outubro de 2018. Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Educação Física. Brasília, DF, 2018a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2018-pdf-1/99961-pces584-18/file>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigitel Brasil 2017: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018b. 130 p.

CARDOSO, V. D. A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 529-539, abr./jun. 2011.

CHICON, J. F.; PETERLE, L. L.; SANTANA, M. A. G. Formação, educação física e inclusão: um estudo em periódicos. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 2, supl., p. S830-S845, abr./jun. 2014.

CORRÊA LIMA, S. S.; CARVALHO-FREITAS, M. N.; MARINHO SANTOS, L. M. Repercussões Psicossociais da Acessibilidade Urbana para as Pessoas com Deficiência Física. **PSICO**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 362-371, 2013.

DEPAUW, K. P., & DOLL-TEPPER, G. European perspectives on adapted physical activity. **Adapted Physical Activity Quarterly**, v. 6, n. 2, p. 95-99, 1989.

FILUS, J.; MARTINS JUNIOR, J. Reflexões sobre a formação em educação física e a sua aplicação no trabalho junto às pessoas com deficiência. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 79-87, 2. sem. 2004.

FRANÇA, T. H. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 17 n. 31, p. 59-73, jul./dez. 2013.

FURTADO, R. P. Do fitness ao wellnes: os três estágios de desenvolvimento das academias de ginástica. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 1-11, jan./abr. 2009.

GARCIA, V. G. **Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho: histórico e o contexto contemporâneo**. 2010. 199f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, São Paulo, 2010.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. Atividade física, aptidão física e saúde. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 18-35, 1995.

KAUCHAKJE, S. Inclusão: Uma perspectiva social e da conquista de direitos. In: QUEVEDO, A. A. F.; OLIVEIRA, J. R.; MANTOAN, M. T. E. (orgs.). **Mobilidade, comunicação e educação: desafios á acessibilidade**. Campinas, SP: WVA, 1, p. 203-212.

KENSKI, V. M. A vivência escolar dos estagiários e a prática de pesquisa em estágios supervisionados. In: PICONEZ, S. C. B. (Org.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas: Papyrus, 1991.

LEHNHARD, G. R.; MANTA, S. W.; PALMA, L. E. A prática de atividade física na história de vida de pessoas com deficiência física. **Rev. educ. fis. UEM**, Maringá, v. 23 n. 1, p. 45-56, Jan./Mar. 2012.

LIANZA S. **Medicina de Reabilitação**. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

LIZ, C. M.; ANDRADE, A. Análise qualitativa dos motivos de adesão e desistência da musculação em academias. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 267-274, 2015.

MEDOLA, F. O. et al. Acessibilidade de um Centro de Treinamento Esportivo para usuários de cadeira de rodas. **Revista Neurociências**, v. 19, n. 2, p. 244-249, 2011.

NAHAS, M. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 2. ed. Londrina: Midiograf, 2001.

NOCE, F.; SIMIM, M. A. M.; MELLO, M. T. A percepção de qualidade de vida de pessoas portadoras de deficiência física pode ser influenciada pela prática de atividade física? **Rev. Bras. Med. Esporte**, Niterói, v. 15 n. 3, p. 174-178, Mai./Jun. 2009.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: _____. (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote: Instituto de Inovação Educacional, 1997. p. 15-34.

PEREIRA, S. O. **Reabilitação de Pessoas com deficiência no SUS: Elementos para um debate sobre integralidade**. 2009. 113f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: Identidade e saberes da docência. In: _____. (Org.) **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

POTTER, J. **Desporto para deficientes**. Lisboa, Ministério da Educação e Cultura, Direcção Geral dos Desportos, 1987.

PREFEITURA DE BELÉM. **Distritos administrativos de Belém, 1994**. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=18&conteudo=4762>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

RUFINI, L. H.; TEIXEIRA-ARROYO, C. Atividade física para pessoas com deficiência motora em uma cidade do norte paulista. **Revista Educação Física UNIFAFIBE**, Bebedouro, ano II, n. 2, p. 99-111, dezembro/2013.

SANTOS, F. M. T. Unidades temáticas – produção de material didático por professores em formação inicial. **Experiências em Ensino de Ciências**, Porto Alegre, v. 2, n.1, p. 01-11, 2007.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SERON, B. B.; ARRUDA, G. A. GREGUOL, M. Facilitadores e barreiras percebidas para a prática de atividade física por pessoas com deficiência motora. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Porto Alegre, v. 37 n. 3, p. 214-221, Jul./Set. 2015.

SILVA, C. S.; DRIGO, A. J. **A educação física adaptada: implicações curriculares e formação profissional.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SILVA, J. F. et al. As academias de musculação como espaços educativos não formais. **Educação Física em Revista**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 03-17, 2013.

SILVA, O. M. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e hoje.** São Paulo: CEDAS, 1986.

SPOSATI, A. O. **Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo.** São Paulo: EDUC, 1996.

VITORINO, A. et al. Atividade Física Adaptada na População com Necessidades Especiais. **Desporto e Atividade Física para Todos – Revista Científica da FPDD**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 47-51, 2015.

WHO. **World Report on Disability.** 1. ed. Malta: World Health Organization, 2011. p. 1–350

YOSHIDA, D. et al. The relationship between physical fitness and ambulatory activity in very elderly women with normal functioning and functional limitations. **Journal of Physiological Anthropology**, London, v. 29, n. 6, p. 211-218, 2010.

ZUCHETTO, A. T.; CASTRO, R. L. V. G. As contribuições das atividades físicas para a qualidade de vida dos deficientes físicos. **Revista Kinesis**, Santa Maria, n. 26, p. 152-166, 2002.